

Radar da Saúde

Um balanço do monitoramento
do IEPS sobre temas estratégicos
para aprimorar a Saúde no Brasil



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas (IEPS), que apresenta um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas considerados estratégicos para a saúde no Brasil.

Este material busca fornecer à sociedade civil um panorama conciso das pautas, projetos e deliberações que impactam os rumos da saúde pública brasileira, sobretudo para fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas discussões sanitárias.

As informações sistematizadas neste documento incluem destaques do monitoramento político de aproximadamente duzentas palavras-chave pré-definidas como estratégicas e indispensáveis para a nossa atuação de incidência política em prol do fortalecimento do SUS. O acompanhamento é feito por meio de sites oficiais e sistemas de informação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e outros órgãos relevantes. O monitoramento contínuo das políticas de saúde é realizado pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria política Eixo Estratégia Política.



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA

O QUE ACOMPANHAMOS DE PERTO?

Legislativo

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

Executivo

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Ministério da Educação; e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

Sumário

MARÇO

Reforma Ministerial; CNS recomenda suspensão do sandbox regulatório de planos com cobertura restrita; Efeitos e desdobramentos da proibição de celulares nas escolas; Painel com dados de doenças por raça e cor; Exame de proficiência médica na pauta do Senado; Orçamento da saúde aprovado

5

ABRIL

MPF recomenda reformulação da proposta de planos de saúde com cobertura restrita; Lançamento do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica; Saúde Mental no ambiente de trabalho; Reações do Congresso à criação de planos de saúde com cobertura restrita

17

Essa publicação contém [links clicáveis](#) para aprofundamento



DESTAQUES DO MÊS

Reforma Ministerial

Nova equipe do Ministério da Saúde e as prioridades para a nova gestão

Em março, o Ministério da Saúde anunciou a nova composição de secretários sob a gestão de Alexandre Padilha. Entre os novos nomes estão **Mariângela Simão** (Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente), **Ana Luiza Caldas** (Secretaria de Atenção Primária à Saúde) e **Fernanda De Negri** (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde). Outros integrantes incluem **Adriano Massuda** (Secretaria Executiva), **Mozart Sales** (Secretaria de Atenção Especializada à Saúde), **Felipe Proença** (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde), **Ricardo Weibe Tapeba** e **Ana Estela Haddad** permanecem à frente da Secretaria de Saúde Indígena e da Secretaria de Informação e Saúde Digital (Seidigi), respectivamente. Durante a posse, Padilha destacou como prioridades a redução do tempo de espera no SUS, a ampliação do acesso a atendimentos especializados, o fortalecimento da vacinação e a revisão do modelo de financiamento da saúde.

Saúde Suplementar

Conselho Nacional de Saúde (CNS) recomenda suspensão de resolução sobre sandbox regulatório

O CNS publicou a **Recomendação n. 1/2025** pedindo a suspensão da **Resolução Normativa ANS nº 621/2024**, que define regras para

constituição e funcionamento do ambiente regulatório experimental (*sandbox* regulatório) para testar planos de saúde com cobertura restrita a consultas eletivas e exames simples. O documento solicita transparência na avaliação técnica sobre o tema e defende a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) antes de qualquer tratativa sobre o *sandbox*.

Além do CNS, outras organizações também se manifestaram contra o *sandbox*. O **Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)** entrou com uma ação civil pública, questionando a legalidade da medida e argumentando que ela viola a Lei dos Planos de Saúde, ao permitir planos com coberturas abaixo do mínimo legal, e que a ANS não realizou a AIR necessária.



IEPS contribui em consulta sobre planos de saúde com cobertura restrita a consultas eletivas e exames simples

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) abriu a **Consulta Pública 151** sobre a proposta de implementação de um ambiente regulatório experimental (*sandbox* regulatório) para testar um produto de planos de saúde com cobertura restrita a consultas eletivas e exames simples. Na prática, a implementação dessa modalidade implicaria na comercialização de planos que não cobrem urgência e emergência, internações nem terapias.

Diante das **consequências que a mudança regulatória pode trazer para a população brasileira e para o SUS**, o IEPS levou contribuições à consulta com o intuito de questionar a legalidade da proposta – uma vez que ela flexibiliza normas que extrapolam a competência da ANS e contrárias à Lei dos Planos de Saúde (**Lei n. 9.656/1998**) – e a ausência de etapas fundamentais do processo, como a Avaliação de Impacto Regulatório (AIR), além de buscar aprimorar o monitoramento e a avaliação dos resultados, e ampliar a transparência e a participação social no processo.



Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulga dados de beneficiários e resultados financeiros da saúde suplementar

De acordo com a ANS, o setor de planos de saúde registrou 52.217.103 usuários em assistência médica e 34.385.750 em planos exclusivamente odontológicos em janeiro de 2025. Além disso, a Agência também divulgou os dados econômico-financeiros de 2024, disponíveis no [**Painel Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar**](#). O setor teve lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões no ano, um crescimento de 271% em relação a 2023, o que corresponde a 3,16% da receita total, estimada em cerca de R\$ 350 bilhões.

Vigilância em Saúde

Lançamento da diretriz para atuação integrada de agentes de saúde e endemias

O Ministério da Saúde lançou a [**Diretriz Nacional para a atuação integrada dos Agentes de Combate às Endemias \(ACEs\) e Agentes Comunitários de Saúde \(ACSS\)**](#). O documento orienta a articulação entre ações de vigilância em saúde e atenção primária e destaca a importância da formação técnica dos profissionais, com menção ao programa “Mais Saúde com Agente”. A iniciativa resulta da integração entre a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) cria comitê para atuação da assistência social em emergências

O MDS lançou o [**Comitê Permanente para Respostas de Proteção Social em Emergências**](#), responsável por monitorar metas da pasta no Plano Clima e no Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A instância poderá estruturar um gabinete extraordinário em situações emergenciais, com o objetivo de garantir respostas ágeis. Também caberá ao comitê recepcionar e tratar demandas de informação da mídia e da Presidência da República em momentos de crise. O anúncio foi feito durante o 1º Encontro de Proteção Social em Emergências, realizado nos dias 27 e 28 de março, que discutiu a atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em contextos emergenciais.

Distribuição de vacinas contra a gripe

Em março, o Ministério da Saúde iniciou a distribuição de 35 milhões de doses da vacina contra a gripe. A entrega começou no dia 21 e seguiu até o fim do mês, com previsão de envio para todos os estados das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste. A campanha de vacinação teve início em abril, com nova remessa prevista para o mesmo mês.



Alta de internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave no Brasil

O **Boletim InfoGripe da Fiocruz, da Semana Epidemiológica 16 (período de 13 a 19 de abril)**, aponta crescimento persistente nas hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em diversas regiões do país, com destaque para crianças e adolescentes de até 14 anos. O aumento é impulsionado principalmente pela circulação do vírus sincicial respiratório (VSR) nas faixas etárias mais jovens, e pelo rinovírus entre as crianças de 2 a 14 anos. Quatorze estados apresentam níveis de incidência de SRAG classificados como moderado a muito alto, com tendência de crescimento no longo prazo, incluindo Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, nas regiões Centro-Sul; Acre e Pará, no Norte; e Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe, no Nordeste. Em alguns desses estados, como Mato Grosso do Sul e Pará, o aumento também se estende a jovens, adultos e idosos, sendo associado, no caso do MS, ao avanço da Influenza A.



Saúde Mental

Audiência discute efeitos e desdobramentos da proibição de celulares nas escolas

A 3ª Reunião Extraordinária do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional abordou a implementação da **Lei nº 15.100/2025**, que restringe o uso de celulares em escolas públicas e privadas de educação básica. A discussão envolveu representantes do setor educacional, especialistas e pesquisadores, e destacou o impacto do uso excessivo de telas na saúde mental, no desempenho escolar e na socialização de crianças e adolescentes. Dados apresentados mostraram efeitos como aumento de desempenho em matemática, redução de casos de bullying e maior interação entre estudantes após a adoção da medida em escolas do Rio de Janeiro.

A **audiência** também discutiu a necessidade de acompanhamento psicológico nas escolas, a capacitação de professores e a inclusão de temas como educação digital e cidadania midiática no currículo. Foram defendidas medidas complementares à restrição, como investimentos na formação de educadores, autonomia das redes de ensino na implementação da norma e regulação de plataformas digitais. A proposta de tornar a educação midiática parte obrigatória do currículo e sua inclusão no Plano Nacional de Educação (PNE) em debate no Congresso também foi destacada.

Lançamento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

O **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas** foi lançado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP) em 26 de março e reúne dados para subsidiar políticas públicas so-

bre o tema. A plataforma disponibiliza informações de pesquisas relacionadas ao uso de substâncias como cigarros eletrônicos, medicamentos, BETs (apostas esportivas) e consumo de drogas entre vítimas de morte violenta. O lançamento contou com a presença do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Criação da Frente Parlamentar de Combate à Ludopatia

Foi lançada em março a Frente Parlamentar de Combate à Ludopatia, com foco na proteção de crianças e adolescentes diante dos riscos associados às apostas e jogos de azar. Durante o evento, foram debatidos os impactos sociais, psicológicos e financeiros do vício em apostas online e a necessidade de ampliar o debate público, propor medidas legislativas e acompanhar políticas relacionadas ao tema. A iniciativa pretende reunir diferentes setores da sociedade e especialistas na busca por soluções para reduzir a exposição da população mais vulnerável.

Atenção Especializada

Proposta de ampliação dos atendimentos em hospitais universitários

O Ministério da Saúde propôs à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) a ampliação dos horários de atendimento em hospitais universitários para diagnósticos e cirurgias eletivas, com o objetivo de reduzir o tempo de espera no SUS. A sugestão foi apresentada durante reunião com a presença do ministro Alexandre Padilha, do presidente da Ebserh, Arthur Chioro, e do secretário-executivo do Ministério da Educação, Leonardo Barchini.



Mutirão de saúde atende indígenas em hospital universitário de Dourados

Em abril, o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados realizou um **mutirão de saúde** voltado à população indígena, em articulação com o Ministério da Saúde e a Ebserh. A iniciativa atendeu 116 pessoas das etnias Kaiowá, Guarani e Terena que estavam na fila cirúrgica local e na fila geral do SUS. Foram realizadas 35 cirurgias, 42 consultas pré-operatórias e 81 exames, entre eletrocardiogramas, eletroencefalogramas e ultrassonografias.

Revisão da Política de Regulação do SUS e implementação do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE)

Na reunião da Câmara Técnica de Atenção à Saúde do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), representantes estaduais discutiram a revisão da **Política de Regulação do SUS** e a implementação do **PMAE**. Durante o encontro, o Ministério da Saúde informou a reativação do Comitê Gestor do PMAE, que será vinculado à Secretaria de Atenção Especializada e terá como função abordar aspectos conceituais e propor mudanças práticas na rotina da atenção à saúde.

Proposta de criação de hospital digital com uso de inteligência artificial e telemedicina

O **Ministério da Saúde e a Universidade de São Paulo (USP) discutem a criação do primeiro hospital digital e inteligente do Brasil**, com uso de tecnologias como inteligência artificial e telemedicina. A proposta visa reduzir o tempo de espera e qualificar o atendimento de urgência e emergência no SUS. O projeto foi apresentado ao Banco dos BRICS e, caso viabilizado, poderá ser expandido nacionalmente. Em reunião interministerial, foram debatidos o modelo de gestão e o detalhamento da proposta, sob coordenação da médica Ludhmila Hajjar.



Equidade em Saúde

Lançamento de painel com dados de doenças por raça e cor

O Ministério da Saúde, por meio do Centro Nacional de Inteligência Epidemiológica e Vigilância Genômica, lançou o **Painel Epidemiologia e Desigualdades: Doenças e Agravos na População por Raça/Cor**. A plataforma disponibiliza dados sobre tuberculose, coinfeção TB-HIV, hepatites B e C, diferentes formas de sífilis, além de registros de violência autoprovocada e interpessoal, permitindo a análise por recorte racial.

Entre os dados apresentados, destaca-se que, em 2023, cerca de 60% dos casos de tuberculose foram registrados na população negra (preta e parda), que também apresentou maior taxa de interrupção do tratamento. Mais de 50% dos casos de hepatite B foram registrados entre pessoas negras, enquanto a hepatite C teve maior incidência entre a população branca (47%), seguida da negra (44%). A análise dos casos de sífilis congênita desde 2012 mostra que a população parda concentrou mais de 50% dos casos, chegando a 60,6% em 2023. No mesmo período, a população negra também foi a mais impactada por violências autoprovocadas e interpessoais.

Recurso Humanos

Novas contratações para o Programa Mais Médicos e reforço da força de trabalho em regiões prioritárias

Em março, o Ministério da Saúde anunciou a contratação de 2.279 novos profissionais para o Programa Mais Médicos, totalizando cerca de 28 mil profissionais em atuação pela iniciativa. O edital priorizou regiões vulneráveis e incluiu vagas afirmativas para médicos

negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência. Ainda nesse mês, 402 médicos formados no exterior foram recepcionados por meio do Módulo de Acolhimento e Avaliação (MAAv), com expectativa de início das atividades em abril em 180 municípios e 15 Distritos Sanitários de Saúde Indígena, distribuídos em 22 estados.

Exame de proficiência médica

Em reunião com representantes do Conselho Federal de Medicina (CFM), o **senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) se comprometeu a pautar o PL 2294/2024**, que cria o Exame Nacional de Proficiência Médica. A proposta, de autoria do senador Marcos Pontes (PL/SP), é defendida pelo CFM como uma medida para avaliar a qualificação dos profissionais e assegurar a segurança dos pacientes. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado sob a relatoria do senador Dr. Hiran (PP/RR).

Orçamento

Orçamento de 2025 é aprovado após impasse envolvendo emendas parlamentares

O Congresso Nacional aprovou em 20 de março o Projeto de Lei Orçamentária (**PLN 26/2024**) referente ao ano de 2025, após três meses de atraso. A tramitação foi marcada por impasses relacionados às emendas parlamentares e à exigência de maior transparência na identificação dos autores, conforme **decisão do STF em agosto de 2024**. Entre as medidas adotadas para viabilizar a aprovação estiveram a homologação de um plano de trabalho com regras de rastreabilidade e a retomada gradual da liberação das emendas.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê um orçamento total de R\$5,8 trilhões, com teto de despesas de R\$2,2 trilhões. Para o Ministério da Saúde, foram destinados R\$246,5 bilhões. A LOA também prevê

R\$50,5 bilhões para emendas parlamentares, além de R\$22 bilhões para reajustes salariais de servidores públicos. O texto aprovado inclui recursos para programas como o Vale Gás e o Pé-de-Meia, e registra aumento nos orçamentos de ministérios comandados por partidos do centrão.



Aumento de emendas parlamentares e de orçamento para a saúde

Dados preliminares do Boletim de Monitoramento do Orçamento, elaborado pelo IEPS em parceria com a Umane, indicam que o orçamento do Ministério da Saúde (MS) será de R\$246,5 bilhões em 2025, com R\$233,3 bilhões destinados à função Saúde - um aumento de 5,9% em relação ao ano anterior. As emendas parlamentares seguem em alta, com R\$26,3 bilhões previstos (2,4% a mais que em 2024 e 60% superior ao valor de 2023). Os investimentos no SUS também cresceram 47%, indo de R\$10,3 bilhões para R\$15,2 bilhões. Esse aumento foi impulsionado, especialmente, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja expansão foi de 81%, de R\$6,2 bilhões para R\$11,3 bilhões. Também a maioria das áreas do SUS teve aumento de recursos, com destaque para Tecnologia da Informação (29%) e Desenvolvimento Tecnológico (+40%). Em contrapartida, a Assistência aos Povos Indígenas sofreu corte da ordem de 57%.

Destaques da produção legislativa em Março/2025

Câmara e Senado com presidências da CSaúde e da CAS definidas

O deputado federal Zé Vitor (PL/MG) foi eleito para presidir a Comissão de Saúde (CSaúde), cargo que também ocupou em 2023. No Senado Federal, o senador Marcelo Castro (MDB/PI) assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ambos serão responsáveis por conduzir os trabalhos das respectivas comissões, de-

finindo pautas, designando relatores e coordenando debates sobre temas prioritários na área da saúde, com influência direta no ritmo de tramitação das proposições e na interlocução com o Executivo.



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

Câmara dos Deputados

A saúde mental foi um dos temas mais frequentes entre os projetos apresentados por deputados em março, principalmente envolvendo a saúde do trabalhador e da mulher. O [PL 1035/2025](#), da deputada Renata Abreu (PODE/SP), propõe a criação da **Política Nacional de Prevenção e Tratamento da Depressão**, o **Vale Saúde Mental para trabalhadores** e um **programa de apoio à saúde mental da mulher no pós-parto**. O [PL 1152/2025](#), do deputado Augusto Puppio (MDB/AP), objetiva instituir a **Política Nacional de Saúde Mental no Trabalho**, e o [PL 1086/2025](#), de autoria do deputado Alex Santana (REPUBLIC/BA), propõe equiparar o suicídio relacionado ao trabalho a acidente de trabalho. Também foi apresentado o [PL 1197/2025](#), da deputada Denise Pessôa (PT/RS), que dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais e demais estabelecimentos de saúde oferecerem um espaço separado para mulheres que passaram por parto de um bebê natimorto.

Em relação à saúde de crianças e adolescentes, foram apresentadas propostas como o [PL 1070/2025](#), do deputado Alex Santana (REPUBLIC/BA), que direciona recursos do Fundo da Criança e do Adolescente para **ações de combate à dependência digital** e o [PL 663/2025](#), do deputado Saulo Pedroso (PSD/SP), que estabelece



ferramentas de verificação de idade e restrições ao uso de redes sociais por menores de 18 anos. Além disso, foram apresentados o **PL 1212/2025**, também do deputado Saulo Pedroso, que propõe estabelecer **restrições à veiculação de publicidade de apostas**, e o **PL 1055/2025**, do deputado Beto Richa (PSDB/PR), para **impedir beneficiários do Programa Bolsa Família de fazer apostas**.

Senado Federal

No Senado, a pauta de março incluiu propostas relacionadas a recursos humanos e orçamento da saúde. O **PL 1113/2025**, de autoria do senador Alan Rick (UNIÃO/AC), propõe a **dispensa de médicos intercambistas com ao menos quatro anos de atuação no Projeto Mais Médicos para o Brasil da etapa de exame de habilidades clínicas do Revalida**, além de ampliar de quatro para cinco anos o prazo de atuação sem revalidação do diploma. O **PLP 58/2025**, apresentado pelo senador Mauro Benevides Filho (PDT/CE), trata da prorrogação do prazo para que Estados, Distrito Federal e Municípios realizem a **transposição e transferência de saldos financeiros nos Fundos de Saúde**.

DESTAQUES DO MÊS

Atenção especializada

Proposta prevê parcerias com setor privado para acelerar atendimento no SUS

O Ministério da Saúde estuda um novo modelo de gestão que prevê o uso da capacidade instalada da rede privada para ampliar o acesso a consultas, exames e cirurgias no SUS. A proposta inclui parcerias com hospitais, operadoras de planos e estruturas da medicina suplementar. Segundo o ministro Alexandre Padilha, a medida busca reduzir o tempo de espera.

Atenção Primária

Vacinação em escolas públicas e novo contrato para fornecimento de vacina contra a Covid-19

Em abril, foi realizada uma ação de vacinação voltada a estudantes da rede pública com menos de 15 anos de idade. A estratégia envolveu 5.544 municípios e 110 mil escolas, com meta de vacinar 90% dos 28 milhões de alunos. Foram destinados R\$150 milhões para a execução da medida, sendo R\$134 milhões repassados a municípios e R\$16 milhões aos estados. Também foi lançada a Cader-neta Digital de Saúde da Criança, integrada ao aplicativo Meu SUS Digital para registro de dados em tempo real.

No mesmo mês, o Ministério da Saúde firmou contrato com a Pfizer para a compra de 57 milhões de doses da vacina contra a Covid-19, com indicação para pessoas a partir de 12 anos. A entrega

ocorrerá de forma escalonada, conforme a adesão de estados e municípios. Até a segunda quinzena de maio, o Ministério havia recebido 1,3 milhão de doses, parte da primeira remessa de 8,5 milhões prevista. A distribuição para os municípios ficará sob responsabilidade dos estados, e o contrato prevê garantia de abastecimento por até dois anos.

Recursos Humanos

Integração dos programas federais de provimento médico

O Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) apresentaram o cronograma de integração dos programas federais de provimento médico. A medida permite a transferência de médicos bolsistas ativos no programa vinculado à AgSUS para o Mais Médicos para o Brasil. O edital prevê que os profissionais possam continuar atuando na Atenção Primária, com possibilidade de escolha do município, acesso a cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação, indenização para atuação em áreas de difícil fixação e remuneração conforme as regras do Mais Médicos.

Lançamento de exame nacional para avaliar a formação médica

Em abril, o Ministério da Educação (MEC) lançou o **Exame Nacional de Avaliação Médica (Enamed)**, com o objetivo de criar um instrumento unificado para avaliar a formação médica no país. A aplicação será feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e a expectativa é avaliar cerca de 42 mil estudantes concluintes de cursos de medicina, com provas pre-

vistas para 200 municípios. Os resultados da avaliação poderão ser utilizados para acessar programas de residência médica. Um grupo de trabalho será formado para discutir o formato da avaliação e seu uso como subsídio para a regulação de cursos públicos e privados.

Perfil da força de trabalho médica no Brasil

A edição 2025 da pesquisa **Demografia Médica** apontou que as mulheres se tornaram maioria entre os médicos no Brasil, representando 50,9% da força de trabalho. O estudo analisou ainda os três procedimentos mais realizados no país — apendicectomia, colecistectomia e correção de hérnias — e indicou que a maioria dos especialistas está concentrada na rede privada e na região Sudeste. No total, 59,1% dos médicos brasileiros são especialistas, índice inferior à média da OCDE, de 62,9%.

Saúde Suplementar

MPF questiona proposta da ANS sobre planos de saúde restritos

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à ANS a reformulação da proposta que permite a oferta de planos de saúde estritamente ambulatoriais, que excluem cobertura para urgência, internação e terapias. Em nota técnica, o MPF apontou ausência de estudos de impacto regulatório e participação do Ministério da Saúde, alertando para possíveis efeitos sobre o SUS e a fragmentação do cuidado. A Procuradoria também sugeriu que tais produtos não sejam enquadrados como planos de saúde e recomendou a criação de regras específicas para garantir a proteção dos consumidores. A ANS informou que ainda analisa as contribuições recebidas pela consulta pública sobre o tema.



Impactos da Reforma dos Planos de Saúde sobre o SUS

A **Nota Técnica n. 24 - Considerações sobre a Reforma da Lei de Planos de Saúde e seus possíveis impactos sobre o SUS**, elaborada pelo IEPS, alerta que mudanças na regulação dos planos de saúde, como a criação de produtos mais acessíveis e com cobertura restrita, podem ter efeitos negativos sobre o SUS. Em vez de aliviar gargalos, essa expansão de planos voltados a serviços de baixa complexidade tende a aumentar a fragmentação do sistema, sobrecarregar os serviços públicos de maior custo e complexidade e aprofundar desigualdades no acesso. Há também riscos associados ao *cream skimming* (prática de selecionar usuários com menor risco e maior capacidade de pagamento) e à substituição de planos mais completos por opções limitadas, o que pode resultar em transferência de demandas para o SUS sem o devido reforço em seu financiamento e capacidade de resposta.

Saúde Mental

Comissão de Educação (CE) aprova proposta que inclui saúde mental nos currículos escolares

A CE da Câmara dos Deputados aprovou o **PL 542/2021**, que prevê a inclusão de conteúdos sobre saúde mental nos currículos do ensino fundamental e médio. O projeto também propõe a realização de uma semana dedicada ao tema no calendário letivo de escolas e universidades. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Rafael Brito (MDB/AL), e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em caráter conclusivo.



Ações de saúde mental no Programa Saúde na Escola crescem em 2024

Durante coletiva de imprensa sobre a campanha de vacinação de crianças nas escolas, a secretária de Atenção Primária, Ana Luiza Caldas, destacou o aumento de 77,68% nas ações voltadas à saúde mental no âmbito do Programa Saúde na Escola, entre 2022 e 2024. O ministro Alexandre Padilha lembrou que a incorporação da saúde mental ao programa era um dos principais desafios em sua formulação.

Possível adiamento de exigências sobre saúde mental no trabalho

O governo federal avalia postergar a entrada em vigor das mudanças na **[Norma Regulamentadora 1 \(NR-1\)](#)**, previstas para 26 de maio, que determinam a adoção de medidas preventivas contra doenças psicossociais nas empresas. A proposta de adiamento, feita por representantes do setor empresarial, prevê prazos adicionais de 90 dias a um ano.

Educação pode incluir saúde mental como tema curricular

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que inclui a saúde mental como tema transversal nos currículos do ensino fundamental e médio. A proposta também prevê uma semana anual dedicada ao tema em escolas e universidades, com foco em informação e prevenção. O texto aprovado é um substitutivo do deputado Rafael Brito (MDB/AL) aos PLs **[542/21](#)** e **[3249/21](#)**, e segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em caráter conclusivo.

Vigilância em Saúde

Ministério da Saúde anuncia reforço no enfrentamento à dengue em 80 municípios

O Ministério da Saúde ampliou as ações de enfrentamento à dengue para 312 municípios classificados como prioritários devido à alta transmissão ou aumento de casos. A estratégia inclui o apoio da Força Nacional do SUS, a previsão de instalação de até 150 centros de hidratação e ações de formação profissional. Além disso, diretrizes operacionais foram atualizadas para permitir que enfermeiros solicitem exames e prescrevam medicamentos em determinados contextos.

Na 4ª reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente apresentou dados indicando queda percentual nos casos e óbitos em comparação ao mesmo período do ano anterior, embora os números absolutos ainda sejam elevados. Também foram relatadas a distribuição de insumos, repasses por portaria de emergência e apoio técnico a 18 estados. Apesar dos esforços liderados pelo MS com foco no combate à dengue, gestores estaduais e municipais apontaram dificuldades operacionais e solicitaram adequações nas medidas.



Boletim IEPS revela baixa adesão escolar no combate à dengue

Entre 2015 e 2024, os casos de arboviroses mais que dobraram no Brasil, com recordes de dengue em 2024. Apesar disso, apenas 22% das escolas públicas realizaram ações de combate ao *Aedes aegypti* no último ciclo do Programa Saúde na Escola. No Distrito Federal, que teve a maior taxa de incidência do país, só 17% das escolas atuaram no enfrentamento ao mosquito. O boletim **Radar +SUS Arboviroses**, elaborado pelo IEPS em parceria com a Umane, destaca a importância de fortalecer a articulação entre saúde e educação, ampliar a atuação preventiva do PSE e investir em medidas estruturantes para conter a epidemia.



Saúde Digital

Amazonas prepara lançamento de serviço de telessaúde na rede estadual

O estado do Amazonas se prepara para lançar um serviço de telessaúde como parte do programa **Saúde AM Digital**, com objetivo de ampliar o acesso a consultas e exames virtuais. A iniciativa prevê o uso de celular ou computador pelos usuários e a instalação de salas específicas em policlínicas e centros de atenção à infância, visando atender também quem não possui dispositivos. A estratégia busca reduzir o tempo de espera nas especialidades mais demandadas, com apoio de inteligência artificial e assistentes virtuais.

Telessaúde em territórios indígenas

O **Governo Federal anunciou a meta de conectar todas as Unidades de Saúde Indígena até o fim de 2026** para ampliar o uso da telessaúde. Atualmente, 19 dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas já realizam consultas à distância por meio do Programa Conecta Brasil, e mais de 700 pontos de conectividade foram instalados. A ampliação da digitalização ocorre em um contexto que inclui limitações estruturais, como a ausência de acesso à água potável em cerca de 60% dos territórios e a existência de vazios assistenciais em regiões como a Amazônia. O **orçamento da saúde para 2025 prevê redução de R\$ 1,1 bilhão nos recursos destinados à saúde indígena**, uma queda de 43% em comparação ao valor autorizado no ano anterior.



Projeto Afluentes fortalece a Atenção Primária na Amazônia Legal

Paralelo ao movimento do governo federal de avançar com a conectividade e a oferta de telessaúde em Distritos Sanitários Especiais Indígenas, outras iniciativas também buscam ampliar o acesso a cuidados básicos em regiões remotas da Amazônia. O **projeto Afluentes**, implementado pelo IEPS, atua em seis municípios do oeste do Pará com foco na redução da morbimortalidade de gestantes e pessoas com hipertensão. A estratégia envolve a criação de protocolos clínicos regionais, uso de ferramentas digitais para comunicação com a população e instalação de internet em Unidades Básicas de Saúde. A iniciativa é financiada pelo programa Juntos pela Saúde (BNDES, IDIS e Umane), com apoio do Instituto Arapyaú, Concertação pela Amazônia, Projeto Saúde e Alegria e ImpulsoGov.

Destaques da produção legislativa em Abril/2025



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

Câmara dos Deputados

Em abril, a saúde mental continuou entre os temas mais recorrentes nas propostas apresentadas pelos deputados. Entre os projetos protocolados estão: o **PL 1296/2025**, do deputado Marcos Tavares (PDT/RJ), que propõe **restrições à publicidade de apostas e jogos de azar**, o **PL 1459/2025**, do deputado Eduardo Velloso (UNIÃO/AC), que trata da **criação de Centros Psicopedagógicos para crianças**

e **adolescentes** com altas habilidades, superdotação ou transtornos do neurodesenvolvimento. Também foram apresentados o **PL 1751/2025**, do deputado Leo Prates (PDT/BA), que pretende instituir uma **política de saúde mental voltada à população do meio rural**, e o **PL 1761/2025**, da deputada Ely Santos (REPUBLIC/SP), que estabelece a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico no pós-parto. Outros projetos abordam a saúde mental de crianças e adolescentes, como os PLs **1505/2025**, **1691/2025** e **1841/2025** que tratam de **identidade, desafios virtuais e riscos psicológicos em ambientes digitais e escolares**.

O tema da **formação médica** também foi objeto de atenção na Câmara. Foram apresentados, na C Saúde, os requerimentos **REQ 90/2025**, que propõe audiência pública sobre o **PL 785/2024**, relativo à avaliação de proficiência dos cursos de Medicina; **REQ 91/2025**, que trata da realização de audiência sobre a chamada Reforma Obstétrica; **REQ 92/2025**, que solicita debate sobre a formação médica no Brasil; e **REQ 93/2025**, que propõe discutir a situação da profissão médica e a moratória de novos cursos. O deputado Amom Mandel (CIDADANIA/AM) enviou ao Ministério da Saúde o **INC 1162/2025**, sugerindo que o órgão realize estudos sobre os benefícios da obrigatoriedade de exame de proficiência para exercício da medicina.

Além disso, a discussão sobre a **criação de planos de saúde com cobertura restrita** também gerou manifestações no Congresso. Na Câmara, o deputado Gustavo Gayer (PL/GO) apresentou o **RIC 1389/2025**, que solicita informações ao Ministro da Saúde sobre a possibilidade de implementação de um plano de saúde popular com mensalidade de até R\$ 100 — proposta que tem sido alvo de críticas por parte de especialistas. O deputado Evair Vieira (PP/ES) protocolou a indicação **INC 1182/2025**, sugerindo à Procuradoria-Geral da República a instauração de investigação sobre a legalida-

de da proposta, e os requerimentos [1549](#), [1550](#), [1551](#) e [1552/2025](#), que solicitam a convocação dos ministros da Saúde, Fazenda, Planejamento e da Secretaria-Geral da Presidência para prestar esclarecimentos sobre os impactos da medida no SUS, os riscos de renúncia de responsabilidade estatal e seus efeitos fiscais e legais. No Senado, o senador Eduardo Girão (NOVO/CE) apresentou o [RQS 296/2025](#), requerendo informações ao Ministro da Saúde sobre a criação de uma modalidade de plano com cobertura restrita a consultas eletivas e exames, excluindo internações, atendimentos de urgência e emergência, e terapias.



Radar da Saúde

Edição 5 | MARÇO – ABRIL/2025

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

IEPS.ORG.BR

Siga nossos perfis nas redes sociais



RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Pirajá,
437, Sl. 306 Ipanema

SÃO PAULO

Rua Itapeva, 286,
CJ. 82 Bela Vista

BRÁSILIA

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE



ESTRATÉGIA POLÍTICA